

## ATIVISMOS POLÍTICOS IMPRESSOS: MULHERES E ABOLICIONISTAS EM LUTAS NO BRASIL OITOCENTISTA

Bárbara Figueiredo Souto<sup>1</sup>  
Roger Anibal Lambert da Silva<sup>2</sup>  
Fabiana Francisca Macena<sup>3</sup>

Recebido em: 26/01/2025  
Aprovado em: 25/02/2025

Não restam dúvidas de que a sociedade brasileira é atravessada por conflitos ideológicos e por desigualdades de poder e de condições de existência. A última década escancarou as consequências nefastas do uso estratégico dos discursos políticos e dos meios de comunicação para a mobilização social em prol de um projeto de nação violento e excludente. Tais fatos contemporâneos elucidam a relevância do olhar crítico do(a) historiador(a) para as dinâmicas políticas, para os meios de comunicação, para os movimentos sociais e para a pluralidade de sujeitos envolvidos nas tramas históricas.

Tal preocupação não é recente. Se recuarmos um pouco mais no tempo, observamos que, nas últimas décadas, com as lutas por cidadania política no âmbito do processo de redemocratização do Brasil na década de 1980, surgiram novas indagações, em perspectiva histórica, acerca do processo de construção do Estado, da nação e da cidadania ao longo do século XIX<sup>4</sup>. Problemáticas que estimularam a emergência de pesquisas alinhadas às novas abordagens no campo historiográfico, a partir do questionamento de explicações estruturalistas e o interesse cada vez mais considerável pelas formas de atuação dos mais diversos atores históricos e a dimensão política de suas práticas<sup>5</sup>. Nessa perspectiva, a sociedade brasileira

<sup>1</sup>Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: [barbara.souto@unimontes.br](mailto:barbara.souto@unimontes.br). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9344-0571>.

<sup>2</sup>Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de educação básica na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). E-mail: [roger.lambert@educacao.mg.gov.br](mailto:roger.lambert@educacao.mg.gov.br). ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-0343-9021>.

<sup>3</sup>Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF). E-mail: [fabianamacena@yahoo.com.br](mailto:fabianamacena@yahoo.com.br). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8475-8852>.

<sup>4</sup>A este respeito, ver, por exemplo: Carvalho, 2007; Carvalho e Neves, 2009.

<sup>5</sup>A título de exemplo, ver: Gomes, 2004; Rago, 1999; Soihet, e Pedro, 2007; Chalhoub e Silva, 2009.

oitocentista ressurgiu na complexidade do protagonismo de diversos sujeitos históricos em suas relações tanto de conflitos e tensões, quanto de negociações e alianças.

No âmbito desta renovação historiográfica, muitos(as) estudiosos(as) têm enfatizado que as possibilidades de participação política não estavam restritas somente à esfera estatal, pelo exercício de cargos públicos, tanto no Parlamento como na burocracia imperial. Um número significativo de trabalhos têm salientado a existência de uma esfera pública ativa, na qual observa-se a intensa circulação de ideias, críticas e sugestões de projetos políticos alternativos por meio de diversas publicações, tais como livros, periódicos, panfletos etc<sup>6</sup>.

Sendo assim, ao recuar o olhar para o século XIX, percebemos como é incontornável a análise minuciosa dos impressos para a compreensão das dinâmicas sociais. A imprensa constituía-se enquanto uma arena na qual grupos políticos rivais travavam intensas batalhas no sentido de formar a “opinião pública”<sup>7</sup>, disputada pelos periódicos em confronto<sup>8</sup>. Nela desenvolveram-se importantes embates, tais como entre os adeptos dos movimentos abolicionista e republicano com os segmentos interessados na preservação da ordem escravista e da ordem monárquica. Em contraposição à “imprensa abolicionista”<sup>9</sup> e à “imprensa republicana”<sup>10</sup> que atuaram, ao longo da década de 1880, a favor da abolição da escravidão, surgiram periódicos defendendo, embora muitas vezes de forma velada, a manutenção da escravidão<sup>11</sup>.

A imprensa de propriedade feminina acompanhou esse movimento, ampliando sua atuação no cenário brasileiro, na década de 1870<sup>12</sup>, com o surgimento, no ano de 1873, dos jornais: *O Sexo Feminino*, na cidade mineira de Campanha; *O Domingo e Jornal das Damas*, no Rio de Janeiro. Na Corte, surgiu em 1875, o periódico *Echo das Damas*, seguido por *República das Moças*, em 1879. No Recife, tivemos a publicação de *O Myosotis*, em 1875.

<sup>6</sup>Ver, por exemplo: Ferreira, 1999; Basile, 2000; Barbosa, 2000; Lustosa, 2000; Alonso, 2002; Neves, 2003; Morel, 2005. Mello, 2007; Santos, 2011.

<sup>7</sup>Mais que um “agente histórico dotado de vontade, tendência e iniciativa próprias”, a “opinião pública” – expressão surgida no Brasil nas duas primeiras décadas do século XIX – era “um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral”. (Morel, 2008, p. 33).

<sup>8</sup>Quanto ao público leitor dos jornais em circulação, se por um lado não se deve subestimar o alto índice de analfabetismo existente entre a população, por outro é fundamental considerar que a chamada “opinião pública” não se compunha apenas das camadas letradas da sociedade. Não obstante a população ser predominantemente iletrada, podemos dizer que os discursos veiculados nos periódicos circulavam pela cidade através de sua difusão oral, tendo mais ouvintes do que leitores. A este respeito, ver: Barbosa, 2010.

<sup>9</sup>Referimo-nos, por exemplo, aos periódicos *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. Ver: Machado, 2014.

<sup>10</sup>Referimo-nos, por exemplo, aos periódicos *O Paiz* e *Gazeta Nacional*. Ver: Pessanha, 2006.

<sup>11</sup>Podemos citar, neste sentido, o *Novidades*, periódico que defendia a manutenção do cativo, fundado no Rio de Janeiro no início de 1887. A seu respeito, ver: Sodré, 1966, p. 274.

<sup>12</sup>Vale ressaltar que nas décadas anteriores, outras mulheres utilizaram a imprensa para reivindicar direitos femininos. Para uma análise a respeito do *Jornal das Senhoras*, na década de 1850, ver: Souto, 2019; Souto, 2022.

Tendo em vista o limitado acesso das mulheres ao espaço público naquele contexto, a imprensa foi lugar crucial de luta por conquistas de direitos femininos, constituindo-se em rede de apoio, espaço de trocas intelectuais e ferramenta de conscientização das mulheres<sup>13</sup>.

Logo, a proposta do Dossiê “Ativismos políticos impressos: mulheres e abolicionistas em lutas no Brasil oitocentista” é refletir sobre o papel dos impressos na construção, ampliação e consolidação de uma arena pública ao longo do século XIX, possibilitando a emergência de diferentes sujeitos, movimentos e projetos políticos no Oitocentos. O objetivo foi reunir tanto estudos que abordem os impressos como espaço de debate sobre a abolição da escravidão no âmbito do jogo político imperial, quanto trabalhos que reflitam sobre a importância dos impressos para tornar dizível a experiência de mulheres de diferentes grupos sociais que, embora excluídas formalmente do espaço público, não se furtaram às discussões e mobilizações da época, dentre elas, o abolicionismo.

Nesse sentido, as produções veiculadas neste Dossiê contribuem para repensar as lutas sociais no Brasil e os sujeitos mobilizados nas mesmas, bem como para a ampliação do debate historiográfico - numa faceta interdisciplinar -, principalmente no âmbito das discussões sobre o movimento abolicionista e a atuação política das mulheres.

Com o intuito de abrir outro prisma interpretativo a respeito da atuação das mulheres letradas no século XIX, no artigo “‘Trabalhei como uma mulher!': o labor das mulheres impresso nas páginas do *Jornal das Senhoras* (Rio de Janeiro, 1852-1855)”, Bárbara Figueiredo Souto se propõe a enveredar pelo trabalho intelectual de autoria feminina impresso no *Jornal das Senhoras*, trazendo à tona o perfil letrado das mulheres que ousaram divulgar suas ideias. Para tanto, realiza um minucioso levantamento das publicações, explicitando os tipos textuais e as ideias construídas pelas mulheres de letras, bem como a maneira de se identificarem no espaço público, seja através do nome, das iniciais ou de pseudônimo. A partir da perspectiva das epistemologias feministas, problematiza a tentativa de apagamento – ou “memoricídio” – do labor feminino na imprensa, na memória social e na historiografia brasileira, buscando contribuir para o (re)conhecimento das mulheres enquanto sujeitos ativos na história.

Tendo como fonte de análise o mesmo periódico mencionado acima, no artigo “O protagonismo de Gervasia Nunézia Pires dos Santos Neves na direção do *Jornal das Senhoras* (1853-1855)”, Everton Vieira Barbosa sublinha o protagonismo de Gervásia Nunézia, aquela que permaneceu mais tempo na direção da revista feminina e também a que recebeu menos destaque em comparação às suas antecessoras, Juana Paula Manso de Noronha e Violante

---

<sup>13</sup>A este respeito, ver Duarte, 2003.

Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco. Para tanto, torna visível a atuação daquela diretora antes, durante e depois da chefia do *Jornal das Senhoras* para, em seguida, apresentar o papel da revista feminina como um suporte de mediação cultural que deu voz às mulheres no espaço público.

A partir de um olhar mais panorâmico da atuação da imprensa feminina e feminista oitocentista, no artigo “Imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX”, Constância Lima Duarte reflete sobre os jornais e revistas que circularam no Oitocentos, cujo público alvo era as mulheres. O artigo apresenta resultados de pesquisas que objetivaram conhecer a história da mulher brasileira na busca por seus direitos e na construção de sua identidade e de uma dicção literária própria.

Na tentativa de conferir visibilidade e dizibilidade à participação de mulheres no movimento abolicionista da província de Minas Gerais, Fabiana Macena analisa em “‘Ilustres abolicionistas’ e suas práticas políticas: uma leitura possível a partir dos jornais mineiros” indícios dessa presença nos jornais mineiros do século XIX. Apesar e por conta da interdição normativa a elas imposta e dos silêncios históricos politicamente construídos em torno dessa atuação, foram múltiplas e diversas as formas de participação criadas e exercitadas por mulheres dos estratos altos e médios daquela sociedade, explicitando sua atuação política em prol da abolição da escravidão.

O movimento abolicionista ganhou as ruas, salões e impressos de diversas províncias, para além da Corte imperial. Lusirene França destaca no artigo “Notícias do Norte: a campanha abolicionista em Manaus (1884)” a formação e mobilização de uma opinião pública favorável ao abolicionismo na província do Amazonas. Tendo como registros privilegiados os jornais *Amazonas* (1884) e *Abolicionista do Amazonas* (1884), a autora destaca a pluralidade do movimento abolicionista em Manaus, com seus mais distintos sujeitos, argumentos, debates e ações promovidas pelos clubes e associações, impulsionados pela libertação dos escravizados na província do Ceará, em março de 1884. Dentre eles, o protagonismo de mulheres na criação de associações e sua inserção na esfera pública.

Por sua vez, Luiz Gustavo Santos Cota, no artigo “Abolicionismos nas Minas Gerais: letrados, escravizados e as lutas pelas emancipações negras na imprensa mineira”, analisa os diferentes discursos e práticas abolicionistas presentes na imprensa de Minas Gerais, durante os anos 1880 no Brasil, focando nas regiões de Ouro Preto e Diamantina. Através de investigação dos jornais abolicionistas, como *O Trabalho* e *A Vela do Jangadeiro*, a pesquisa revela a diversidade de vozes no movimento abolicionista mineiro. Além do mais, busca destacar o papel ativo de escravizados e libertos, que atuaram nos espaços festivos e nas ruas,

utilizando-os como locais de manifestação política, mostrando a complexidade das interações entre variados sujeitos na luta pela abolição da escravidão.

Atenção especial ao caráter político das narrativas veiculadas pelos impressos foi conferida no artigo intitulado “Combates impressos, fugas de escravos e abolicionismo (Rio de Janeiro, 1887)”, de Roger Aníbal Lambert da Silva. O autor analisa artigos sobre fugas de escravos ocorridas na província de São Paulo, publicados nos periódicos *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e *Cidade do Rio*, em outubro de 1887, demonstrando que existiram intensas disputas pela atribuição de sentido às fugas, que envolviam a sua criminalização ou legitimação, bem como da propaganda abolicionista. Através dessa análise, argumenta sobre a importância de se atentar para o vocabulário mobilizado nas narrativas dos jornais e também a necessidade de se repensar certas perspectivas historiográficas relativas ao tema.

O Dossiê se encerra de modo especial com uma entrevista realizada com Angela Alonso, referência incontornável para a compreensão do Brasil do século XIX, especialmente quando se trata da temática aqui proposta. Em uma conversa entusiasmada (que durou quase duas horas), a pesquisadora tratou, dentre outros assuntos, de sua trajetória acadêmica, de seus interesses de pesquisa, da inserção de seus trabalhos no debate historiográfico sobre o abolicionismo e de sua mais recente publicação, o livro *Panfletos abolicionistas*, que reúne textos de Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio, organizados e devidamente apresentados por ela. Uma aula sobre a importância dos impressos para a ampliação do espaço público oitocentista e para a emergência de novos atores e movimentos sociais e políticos, como é o caso do abolicionismo. Mas, além de tudo, de paixão pela pesquisa e pelo ensino.

Esperamos que este dossiê amplie e aprofunde o debate sobre os distintos ativismos políticos em impressos no século XIX e seus mais variados sujeitos. Que instigue novas pesquisas e perspectivas, mas, sobretudo, nos ajude a pensar a sociedade que queremos e almejamos construir a partir de projetos de Estado e de nação mais democráticos, justos e plurais, calcados nos princípios da igualdade e equidade. Boa leitura!

### Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio**. Imprensa, Poder e Público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Anarquistas, rusgientos e demagogos**: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834). Dissertação de mestrado em História, Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, 2000.

CARVALHO, José Murilo (org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos *no* imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas (SP), v.14, n.26, p. 15-47, 2009.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, 17 (49), 2003.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. **Palácios de destinos cruzados**: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 34, p. 157-186, julho-dezembro de 2004.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados**: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. Niterói: Editora da UFF, 2014.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. **O Paiz e a Gazeta Nacional**: Imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888. Tese de doutorado em História, Niterói, ICHF-UFF, 2006.

RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, nº 11, p. 73-96, julho de 1999.

SANTOS, Cláudia. Imprensa. In: MOTTA, Márcia & GUIMARÃES, Elione. **Propriedades e Disputas**: fontes para a história do oitocentos. Guarapuava/Niterói: Unicentro/EDUFF, 2011. p. 190-191.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, nº 57, p. 281-300, 2007.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **Mulheres e ideias impressas**: projetos feministas de emancipação em periódicos do Rio de Janeiro e Buenos Aires (1852-1855). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **Mulheres e Imprensa no Século XIX**: projetos feministas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Belo Horizonte-MG: Editora Luas, 2022.